

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL
REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2023
(da Sra. Daiana Santos)

Apresentação: 18/09/2023 17:13:07.257 - Mesa

RIC n.2363/2023

Requer informações à Ministra de Estado da Saúde, senhora Nísia Trindade acerca da instalação e/ou retomada do Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CTSPN).

Senhora Presidente,

Requeiro, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), informações à Ministra de Estado da Saúde, senhora Nísia Trindade acerca da instalação e/ou retomada do funcionamento do Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CTSPN).



JUSTIFICAÇÃO

O Dia Nacional de Mobilização pela Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, comemorado em 27 de outubro, possui um papel significativo na sensibilização de profissionais de saúde sobre as demandas específicas da população negra brasileira. Esta data visa não apenas a conscientização, mas também mobilizar os envolvidos na área de saúde a se adaptarem às necessidades específicas dessa parcela da população.

O racismo como determinante social em saúde, incide negativamente sobre os modos de vida, trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais.

O racismo institucional, muitas vezes presente nos serviços de saúde, tem consequências prejudiciais para a população negra. A medicina de família, que deveria ser uma fonte de suporte e cuidado, ocasionalmente falha ao invisibilizar o sofrimento deste grupo. Seja reproduzindo estereótipos, ignorando a vivência cotidiana e as repercussões do racismo, ou simplesmente não acolhendo e reconhecendo o adoecimento que o racismo induz, esse viés perpetua as desigualdades em saúde e impede uma abordagem de cuidado verdadeiramente equitativa e inclusiva.

A população negra enfrenta desafios de saúde particulares, manifestados pela prevalência, como anemia falciforme, diabetes mellitus, doença hipertensiva específica da gravidez e hipertensão arterial. Ademais, não se pode ignorar o impacto do racismo estrutural na saúde mental nos negros. Este tipo de racismo tem sido uma fonte geradora de sofrimento psíquico, afetando a qualidade de vida e o bem-estar de milhões.

No contexto legal, a Lei nº 8.080/1990 e a Lei nº 8.142/1990 desempenham papéis cruciais na promoção da saúde e na garantia da participação da comunidade no Sistema Único de Saúde (SUS). Além destas, a Lei 12.888/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, e a portaria nº 992/2009, que define a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), também estabelecem diretrizes vitais para garantir equidade e representação adequada.



É importante ressaltar que a instituição do Comitê Técnico de Saúde da População Negra pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 1.678/GM, de 13 de agosto de 2004, teve a finalidade de promover a equidade e igualdade racial voltada ao acesso e à qualidade nos serviços de saúde, à redução da morbimortalidade, à produção de conhecimento e ao fortalecimento da consciência sanitária e da participação da população negra nas instâncias de controle social no SUS.

Além de que esse, que se encontra em desuso, sem reuniões periódicas ou instalado nessa gestão, é que

Dada a importância do funcionamento do Comitê Técnico que é um espaço consultivo de participação e controle social, com representantes da gestão, pesquisadores e movimentos negros assunto e o imperativo de assegurar que as políticas de saúde sejam implementadas efetivamente, e que até o presente momento encontra-se sem funcionamento, sem reuniões periódicas, é que solicito informações referentes à instalação e/ou retomada do funcionamento do Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CTSPN).

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2023.

DAIANA SANTOS

Deputada Federal

PCdoB/RS

